

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão de Economia, Obras Públicas,
Planeamento e Habitação

Deputado Afonso Oliveira

S. Bento, 26 de dezembro de 2022

Assunto: Audição com caráter de urgência do Ministro das Infraestruturas e Habitação e da Presidente da Comissão Executiva da TAP

Alexandra Reis foi Administradora Executiva da TAP entre 2020 e fevereiro de 2022, quando comunicou a renúncia ao seu cargo, na altura justificada com a alteração da estrutura acionista da companhia. Pela cessação antecipada do cargo de administradora, Alexandra Reis terá recebido um prémio de 500 mil euros, o equivalente ao salário dos dois anos de mandato não cumpridos. Quatro meses depois, a administradora foi nomeada pelo Governo para a presidência da NAV-Portugal, tendo sido depois nomeada secretária de Estado do Tesouro em dezembro de 2022.

A confirmar-se, o pagamento de um prémio de meio milhão de euros à então administradora da TAP levanta questões que devem ser imediatamente esclarecidas, nomeadamente sobre os contratos e acordos celebrados pelas empresas com participação pública. Mesmo não se tratando de uma saída voluntária, o valor deste prémio já seria excessivo, tendo em conta os despedimentos e cortes salariais ocorridos na empresa, nos quais Alexandra Reis esteve diretamente envolvida. Sendo a rescisão voluntária, o valor anunciado torna-se simplesmente incompreensível.

Recorde-se que a lei não atribui qualquer direito de compensação quando a rescisão resulta de uma decisão do trabalhador. Sendo verdade que é comum encontrar este tipo de cláusulas contratuais nas administrações das maiores empresas privadas, isso não

deve retirar gravidade a este caso. Desde logo porque este prémio recebido por Alexandra Reis é um símbolo das enormes desigualdades salariais entre trabalhadores, muitas vezes dentro das mesmas instituições. Mas também, dada a natureza pública da TAP e as funções políticas da agora secretária de Estado, porque representa uma profunda contradição com a política de perdas salariais impostas a todos os trabalhadores, do público e do privado, a começar pelos da TAP.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com carácter de urgência, a audição do Ministro das Infraestruturas e Habitação e da Presidente da Comissão Executiva da TAP.

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua